

SEM CRESCIMENTO ECONÓMICO O PROBLEMA DA DIVIDA PORTUGUESA É IRRESOLUVEL, E NÃO É POSSIVEL TER CRESCIMENTO COM ESTA POLITICA DE AUSTERIDADE

RESUMO DESTESTEESTUDO

Apesar da experiência e da ciência económica já terem provado que é impossível ter crescimento económico com uma política de austeridade violentamente recessiva como é a que está a ser imposta a Portugal, governo PSD/CDS, “troika estrangeira” e defensores nos media têm procurado criar a ilusão junto da opinião pública de isso é possível e que, como afirma o ministro das Finanças, isso “*será o caminho para um novo ciclo de prosperidade, crescimento e criação de emprego*”. Não há nenhum economista honesto que possa garantir que isso aconteça, até porque tudo que se está a fazer em Portugal vai contra os ensinamentos da ciência económica. Aqueles que, por um lado, afirmam que é preciso cumprir o acordo e, por outro lado, dizem que é necessário crescimento económico, como isso fosse possível simultaneamente, como se ouve muitas vezes, ou não percebem nada de economia ou têm a intenção deliberada de manipular e enganar a opinião pública com o objectivo de a levar a aceitar passivamente os sacrifícios brutais que lhe estão a ser impostos que, no fim, se vão revelar inúteis porque o país ficará ainda pior.

Apesar do espírito de obediência cega que tem caracterizado o governo PSD/CDS e seus defensores relativamente ao programa de austeridade imposto pela “troika estrangeira”, os próprios “mercados”, tão idolatrados por eles, mostram que não acreditam que, com esta política, o problema da dívida externa e, nomeadamente, da dívida do Estado sejam resolvidos. O valor do “spread” de títulos do Estado a 10 anos face à Alemanha, que é um indicador de risco utilizado pelos chamados “mercados”, em Janeiro de 2012, atingiu, em relação a Portugal, mais 15,6 pontos percentuais tendo aumentado em apenas num mês 4,1 pontos percentuais, quando no mesmo mês (Janeiro de 2012), o “spread” não aumentou para Espanha, e diminuiu para a Grécia, Itália, França e Irlanda, países que também estão na linha da frente a sofrer a chantagem dos chamados “mercados”.

Por outro lado, segundo um estudo elaborado pelo próprio FMI quando a consolidação orçamental num país é feita simultaneamente com a de muitos outros países, que é o que se verifica actualmente na União Europeia, ou seja, citando, “*quando o resto do mundo leva a cabo uma consolidação fiscal ao mesmo tempo, a redução da relação entre défice e PIB em 1 ponto percentual, com ajustamento baseado apenas na despesa ... o custo para o Canadá* (que foi o país estudado por ser uma economia pequena e suficiente aberta, Portugal também tem uma economia ainda mais pequena e aberta ao exterior, portanto muito dependente do que acontece em outros países) *em termos de produto duplica e alcança 2%*” (pág.123). E, em Portugal, em dois anos (2010/2012), de acordo com o Memorando do FMI/BCE/CE, o défice orçamental terá de ser reduzido de 9,8% do PIB para 4,5% do PIB, ou seja, em 5,3 pontos percentuais. Tomando como base de cálculo os resultados do estudo realizado pelo FMI, conclui-se que uma redução do défice orçamental de 5,3% do PIB, com pretende a “troika estrangeira, devia determinar, num período de dois anos, uma redução do PIB em -10%, e um aumento da taxa de desemprego em 6 pontos percentuais. Como em 2011, a quebra no PIB foi de 1,6%, a estimativa para 2012 de quebra do PIB, de acordo com o estudo do FMI, deveria rondar os 8% e a taxa de desemprego deveria aumentar em mais de 4 pontos percentuais, o que faria subir a taxa oficial de desemprego para cerca de 18%. Mesmo admitindo desvios em relação a estes valores, é inevitável que, em 2012, se esta política de austeridade continuar, e se a “troika estrangeira” continuar a insistir que o défice em 2012 terá de ser reduzido para apenas 4,5%, Portugal será certamente atingido por uma recessão económica profunda, que destruirá uma parte muito grande da sua economia levando à falência milhares de empresas, fazendo disparar o desemprego para valores inimagináveis, e tornando muito mais difícil e prolongada a recuperação futura. E toda esta situação é ainda agravada pela falta de financiamento à economia que a “troika estrangeira” se recusa a admitir, e de uma forma irresponsável Paul Thomson do FMI. É a teoria alemã que Portugal está viciado no crédito (bêbado, como afirmou o ministro das Finanças da Alemanha) e que, por isso, o financiamento deve ser fortemente restringido ou mesmo cortado mesmo que isso destrua a economia e leva à multiplicação das falências das empresas e do desemprego, o que significa mais pobreza e miséria. No entanto, a Alemanha ganha com as dificuldades dos outros países. Em primeiro lugar, porque tem de pagar “spread” muito baixos nos empréstimos que obtém devido a funcionar como país de “refúgio” face à existência de países com “elevado risco”. Em segundo lugar, porque obtém no mercado internacional empréstimos a juros baixos que depois servem para financiar o Fundo Europeu de Estabilização Financeira cobrando juros mais altos, ficando com uma margem de lucro à custa dos países em dificuldades. Eis uma outra forma da “solidariedade alemã” que é, muitas vezes, esquecida. Para terminar interessa referir, como recorda o prémio Nobel da economia, Joseph Stiglitz, no seu livro “*Os loucos anos 90 – A década mais próspera do mundo*”, que o objectivo principal do FMI, e agora da “troika estrangeira”, não é defender os interesses do país ou da população, mas sim garantir o reembolso dos empréstimos aos credores.

Um dos aspectos mais chocantes que caracteriza a actuação do governo PSD/CDS é a sua total insensibilidade e esquecimento dos interesses nacionais, traduzido na incapacidade para analisar de uma forma objectiva as consequências que está a ter a nível da destruição da economia e da sociedade portuguesa, a política de austeridade imposta pela “troika estrangeira” num período de grave crise, e uma obsessão, quase doentia, em ser considerado um aluno obediente que muitas vezes, para agradar a quem tem de prestar contas, toma medidas ainda mais gravosas que as constantes do “Memorando” com o FMI/BCE/EU, aumentando, dessa forma as desigualdades, as injustiças e a pobreza, como concluiu um estudo realizado pela própria Comissão Europeia referido por nós em estudo anterior, e procurando transformar Portugal num país em que uma parte crescente da população sobrevive à custa da assistência e da esmola, agora transformados pelo Ministério da Solidariedade Social, dominado pelo CDS, em quase desígnios nacionais.

Apesar deste espírito de obediência cega e mesmo servil que se instalou a nível do governo e dos seus defensores, os “mercados” tão idolatrados por todos estes “senhores”, mostram claramente que não acreditam nesta política, e que ela resolva o problema da dívida externa e, nomeadamente, da dívida do Estado. A tabela 1, contém a variação do chamado “*spread*” que, segundo os mesmos “mercados” é um indicador do nível de risco de reembolso dos empréstimos, revela que a confiança no actual governo e na política imposta pela “troika estrangeira” continua a cair de uma forma rápida.

Tabela 1 – Evolução do *spread* de títulos emitidos a 10 anos face à Alemanha (em pontos percentuais)

	31 Dez 2009	31 Dez 2010	30 Dez 2011	30 Jan 2012	Var. mensal Janeiro	Var. em 2011
Grécia	2,4	9,5	29,8	29,1	-0,7	20,3
Portugal	0,7	3,6	11,5	15,6	4,1	7,9
Itália	0,8	1,9	5,3	4,3	-1,0	3,4
Espanha	0,6	2,5	3,2	3,2	0,0	0,7
França	0,2	0,4	1,3	1,2	-0,1	0,9
Irlanda	1,5	6,0	6,6	5,4	-1,2	0,6

Fonte: Bloomberg (online). | Nota: No caso da Irlanda foram utilizadas as taxas de rendibilidade das obrigações com maturidade a 9 anos, pois as congéneres a 10 anos deixaram de ter benchmark nesta fonte desde o dia 11 de Outubro.

Depois da Grécia, e cada vez mais próxima dela, é em relação à dívida portuguesa que o “*spread*” de títulos emitidos a 10 anos face à Alemanha, apresenta valores mais elevados, tendo sido também o país que, no 1º mês de 2012, o ritmo de subida aumentou mais. Em Janeiro de 2012, portanto muito depois deste governo ter tomado posse e ter implementado com grande violência e satisfação, como já afirmou publicamente Passos Coelho, o programa de austeridade da “troika estrangeira, o “*spread*” para Portugal aumentou significativamente, enquanto que para os restantes países considerados, que são aqueles que enfrentam maior pressão dos “mercados”, o “*spread*” não aumentou (Espanha) ou mesmo diminuiu (Grécia, Itália, França e Irlanda).

Os dados da Tabela 1 revelam também outros aspectos muito importantes que não devem ser esquecidos, que são os seguintes: (1) A dívida soberana de países como a Grécia e Portugal, com valores elevadíssimos de “*spread*” relativamente à Alemanha (+15,6 pontos percentuais para Portugal e +29,1 pontos percentuais para a Grécia), a que se tem ainda de somar a taxa de juro, são negócios altamente lucrativos, para não dizer mesmo especulativos, para os bancos, fundos e grandes companhias de seguros, que dominam os chamados “mercados”, permitindo a estes recuperar num curto período de tempo a totalidade do capital emprestado, e mesmo que sofram uma redução no empréstimo, como acontecerá com a Grécia, já foram anteriormente altamente compensados com o “*spread*” e juros recebidos; (2) A Alemanha está a ser altamente beneficiada com actual situação não só porque tem de suportar um “*spread*” extremamente baixo determinado pela existência de países que são considerados de alto risco (funciona como zona de “refúgio”), mas também porque sendo o principal financiador do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), obtém no mercado empréstimos a juros muito baixos que depois empresta ao FEEF a juros mais elevados ficando com a diferença, obtendo assim elevadas margens de lucro.

SEM CRESCIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL O PROBLEMA DA DIVIDA NÃO SE RESOLVE, E É IMPOSSIVEL CRESCER COM ESTA POLITICA DE AUSTRIDADE

É evidente para cada vez para mais gente, mesmo da área política do governo que antes ignoravam isso (recorde-se a entrevista de Ferreira Leite dada à SIC Noticias em 7.2.2012), que sem crescimento económico o problema do défice, da dívida do país e do Estado não é possível de ser resolvido. E com esta política de austeridade imposta pela “troika estrangeira”, aplicada com satisfação, pelo governo PSD/CDS, é impossível haver crescimento económico. Quando se afirma ou se insinua que isso é possível, está-se certamente a tentar manipular a opinião pública, enganando-a. Um estudo recente do próprio FMI confirma que uma política de austeridade como está a ser imposta a Portugal determina inevitavelmente uma recessão económica profunda e também prolongada devido à destruição do tecido económico e social que provoca.

Segundo o estudo do FMI, divulgado em Outubro de 2010, que se encontra disponível no seu “site”, com o título “*Perspectivas da economia mundial – recuperacion, riesgo e reequilíbrio*”, estudo esse que se baseou numa análise de uma amostra que “inclui medidas fiscais aplicadas para reduzir o défice em 15 economias avançadas durante 1980-2009”, que inclui também Portugal, quando a consolidação orçamental num país é feita simultaneamente com a de muitos outros países, que é o que se verifica actualmente na União Europeia, ou seja, “*quando o resto do mundo leva a cabo uma consolidação fiscal ao mesmo tempo, a redução da relação entre défice e PIB em 1 ponto percentual, com ajustamento baseado apenas na despesa ... o custo para o Canadá (que foi o país estudado por ser uma economia pequena e suficiente aberta, Portugal também é pequeno e tem uma economia aberta) em termos de produto duplica e alcança 2%*” (pág. 123). E tenha presente que, em Portugal, a redução do défice orçamental não se baseia apenas na despesa (cerca de 1/3 tem como base o aumento de impostos que é muito mais penalizadora em termos de produto), e que o nosso país não tem qualquer poder para alterar a taxa de juro e a taxa de cambio que normalmente são utilizadas para minorar os efeitos penalizadores, em termos de quebra do PIB e de aumento de desemprego, que uma consolidação orçamental feita simultaneamente em muitos países determina.

E, em Portugal, em dois anos (2010/2012), segundo o Memorando do FMI/BCE/CE, o défice orçamental terá de ser reduzido de 9,8% do PIB para 4,5% do PIB, ou seja, em 5,3 pontos percentuais (9.000 milhões de euros). Tomando como base de cálculo os resultados do estudo realizado pelo FMI, conclui-se que uma redução do défice orçamental de 5,3% do PIB, como pretende a “troika estrangeira, devia determinar, num período de dois anos, uma redução do PIB em -10%, e um aumento da taxa de desemprego em 6 pontos percentuais. Como em 2011, a quebra no PIB foi de 1,6%, a estimativa para 2012 de quebra do PIB, de acordo com o estudo do FMI, deveria rondar os 8% e a taxa de desemprego deveria aumentar em mais de 4 pontos percentuais. O governo prevê já uma quebra do PIB, em 2012, de -3%; o Banco de Portugal de -3,1%, e o FMI de -3,2%. Mesmo admitindo os desvios que se verificam entre os estudos e a realidade, a recessão económica em 2012 será certamente superior a todas estas previsões até porque, de mês para mês, todas estas entidades estão a fazer ajustamentos nas suas previsões para pior, e o mesmo acontecerá em relação à taxa de desemprego que ultrapassará os 13,6% atingido já, em Dezembro de 2011, segundo o Eurostat. Portanto, é uma recessão económica certamente com uma dimensão que Portugal nunca enfrentou depois do 25 de Abril, que certamente destruirá uma parte muito significativa da economia portuguesa levando à falência milhares de empresas, e fazendo disparar o desemprego de uma forma nunca antes vista, tornando muito mais difícil e demorada a recuperação futura.

A CRISE VAI SER AGRAVADA AINDA MAIS PELA FALTA DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA

Embora a situação da banca a operar em Portugal seja muito diferente daquela que os banqueiros, o governo e o Banco de Portugal pretendem fazer crer, e por isso vamos deixar para um estudo específico futuro, a falta de financiamento à economia que a “troika estrangeira” se recusa a admitir, e de uma forma irresponsável Paul Thomson do FMI, está a agravar a situação das empresas e, conseqüentemente, o desemprego em Portugal de uma forma insustentável. Analisando os últimos dados divulgados pelo Banco de Portugal, que revelam que o valor do crédito total em Portugal tem diminuídos em todos os últimos meses (entre Maio e Novembro de 2011, o crédito às empresas não financeiras e às famílias, diminuiu de 117.251 milhões € para 115.943 milhões €, ou seja, reduziu-se em 1.308 milhões €), assim como os relatórios dos resultados dos bancos em 2011 que mostram que o volume do crédito às empresas diminuiu, entre 2010 e 2011 (só o BCP reduziu o crédito às empresas, em 2011, em 9,4%, ou seja, em 3.801 milhões €), conclui-se que um dos problemas económicos mais graves actuais é precisamente a falta de financiamento à economia que se não for resolvido rapidamente agravará ainda mais a forte recessão económica já prevista

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 9.2.2012